

A VOZ DO SUBALTERNO NO CONTO "A HISTORIADORA OBSTINADA" DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

THE SUBALTERN'S VOICE IN THE TALE "THE OBSTINATE HISTORIAN" OF CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

Idemburgo Pereira Frazão FÉLIX¹

Simone Campos PAULINO²

RESUMO: O presente artigo busca refletir, a partir do conto "A historiadora obstinada", da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, sobre a questão da voz da mulher subalterna e da sublimação e da retomada da cultura no pós-colonialismo. O conto publicado em 2017, no livro *No seu pescoço*, aponta para a discussão sobre a necessidade da criação de um lugar de fala e também sobre a quem é dado o "direito" de falar e ser ouvido. Nortearíamos a questão da subalternidade utilizando reflexões contidas do livro *Pode o subalterno falar?* (2010), da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak; a questão da autoridade do discurso através de *A ordem do discurso* (1999), de Michel Foucault, e a problemática do sujeito colonizado através de *O local da cultura*, de Homi Bhabha (1998).

PALAVRAS-CHAVE: Subalternidade. Pós-colonialismo. Cultura.

ABSTRACT: This article tries to reflect, from the short-story "The Headstrong Historian", by Nigerian writer Chimamanda Ngozi Adichie, on the question of the voice of the subaltern woman and the sublimation and the resumption of the culture in the postcolonialism. The story, published in 2017 in the book *The thing around your neck*, points to the debate on the need to create a place of speech and also on whom is given the "right" to speak and be heard. We will address the issue of subalternity using reflections from the book *Can the Subaltern Speak?* (2010) by the Indian writer Gayatri Chakravorty Spivak; the question of the authority of discourse through Michel Foucault's *The Order of Discourse* (1999) and the problematic of the subject colonized through Homi Bhabha's *The Location of Culture* (1998).

KEYWORDS: Subalternity. Postcolonialism. Culture.

1. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - FUNADESP/UNIGRANRIO; Líder do grupo de pesquisa - CNPq - Margens da Literatura. Doutor em Literatura Comparada, pela UFRJ (2000). Professor da graduação em Letras, do PPG em Humanidades, Culturas e artes, da UNIGRANRIO (Mestrado e Doutorado). Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: professorifrazao@unigranrio.edu.br.

2. Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), mestra em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutoranda do programa de Humanidades, culturas e artes da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), bolsista da CAPES/PROSUP e participante do Grupo de pesquisa Margens da Literatura - Literatura das margens - CNPq. Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: simone.paulino@gmail.com.

Introdução

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, autora de livros como *Meio Sol Amarelo* e *Americanah*, é reconhecida por sua postura declaradamente feminista. Na prestigiada palestra, “Todos devemos ser feministas”, disponível no TED (*Technology, entertainment, design*) e publicado no formato impresso, no Brasil, pela Companhia das Letras, com o título *Sejamos todos feministas* (2015), a autora faz uma definição própria do feminismo e se autodeclara como “feminista feliz e africana, que não odeia homens, e que gosta de usar batom e salto alto para si mesma, e não para os homens” (p. 15-16).

O trecho acima ressalta não apenas uma postura feminista, mas para além disso, uma postura feminista que se entrelaça com a identidade negra e pós-colonial, uma vez que, ao definir o que é “feminista”, a autora se posiciona como mulher negra e nigeriana. Além disso, Adichie desconstrói a visão que opõe homens e mulheres quando se fala sobre feminismo.

Diante do exposto, a autora se alinha com a terceira onda do feminismo que é marcada por uma demanda interseccional e não vê as mulheres como um grupo homogêneo, mas o compreende como um grupo heterógeno, no qual mulheres negras, subalternas possuem demandas e reivindicações diferentes das mulheres brancas de classes e/ou das classes mais elevadas da sociedade.

Na composição musical “Fawless”, a cantora norte-americana Beyoncé cita diversas partes da palestra de Adichie, pondo em questionamento a construção social dos papéis de gênero. Entrevemos, portanto, que a autora nigeriana é uma das vozes mais expressivas do feminismo contemporâneo e, também, da literatura africana atual. Tendo sua vida e educação divididas entre a Nigéria e os Estados Unidos, a autora trouxe a questão da cultura africana – principalmente da Igbo, à qual pertence – e também da mulher pós-colonial para suas narrativas ficcionais.

Mestra em Escrita Criativa pela Universidade John Hopkins, Baltimore e mestra, também, em Estudos Africanos pela Universidade de Yale, Adichie tem sob o título *No seu pescoço* o seu primeiro livro de contos. Com 12 narrativas que, em sua maioria, tem o protagonismo de mulheres nigerianas, alguns contos refletem a angústia daqueles que deixaram o país e foram viver nos Estados Unidos, outros expressam o sofrimento dos que ficaram e tiveram que conviver com a guerra civil. A autora apresenta uma postura crítica em todos os contos, levando o leitor a uma intensa reflexão sobre cultura, diáspora e o lugar da mulher. Para o presente artigo, escolhemos o último conto do livro, o único situado no passado, mas que ainda assim questiona o tempo presente.

No conto intitulado “A historiadora obstinada”, o narrador heterodiegético conta, em terceira pessoa, a história de Nwamgba que, mesmo diante a imposição dos pais, escolhe o próprio marido: Obierika. A família do esposo, entretanto, é atormentada por uma maldição, e a protagonista sofre diversos abortos espontâneos até, por fim, nascer Anikwenwa, o primeiro e único filho do casal. O marido morre pouco depois e deixa Nwamgba no meio de uma disputa com a família dele: os primos do falecido exigem as posses deixadas. Nwamgba decide mandar o filho estudar com missionários católicos ingleses, pois assim Anikwenwa iria aprender inglês e poderia defender os direitos da mãe nos recém-estabelecidos tribunais dos colonizadores. O filho toma um nome inglês, Michael, é batizado como cristão e se rende à cultura do colonizador.

A voz de Nwamgba

Segundo vimos, no pequeno resumo do conto, a protagonista de “A historiadora obstinada” leva o filho aos colonizadores para que este, aprendendo inglês, possa defender os direitos da mãe.

Podemos inferir que a autodefesa de Nwamgba jamais seria ouvida. Primeiro, por ser mulher. Segundo, porque os primos a acusavam de ter roubado a virilidade do falecido marido e, estando os anciões ao lado deles, deixaram que tomassem parte de suas terras. Logo, a voz dela não era ouvida pelo próprio povo. Tampouco ela seria capaz de buscar ajuda entre os ingleses, pois não era “civilizada” e não sabia falar a língua do colonizador. Logo, a voz dela não seria ouvida por eles também. Não havia qualquer espaço em que Nwamgba pudesse se fazer ouvir.

Vemos, portanto, se desenhar a questão da voz do subalterno no dilema da narrativa de Adichie. No livro *Pode o subalterno falar?* (2010), a indiana Gayatri Chakravorty Spivak questiona o lugar de fala do subalterno, isto é, do sujeito que está à margem, como o colonial. Os subalternos são, portanto, aqueles que estão nas camadas mais baixas da sociedade e são excluídos de representação política e legal e não podem, portanto, serem membros plenos do estrato dominante (SPIVAK, 2010).

Como vislumbramos, existia, para a protagonista do conto, impedimentos para se representar diante da sociedade, sendo, dessa forma, necessário o intermédio do filho que, aprendendo a língua do colonizador, poderia “falar pela mãe”. Segundo Spivak (2010), o sujeito subalterno e colonizado precisa da voz de outrem para reivindicar e ser ouvido, portanto, o filho acabou por ser a voz da mãe. Entretanto esse agenciamento – falar pelo subalterno – de acordo com

Spivak, não é eficaz, pois “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico” (p. 14); sendo assim, todo e qualquer discurso que ocorre em nome do subalterno está dentro de uma lógica de opressão e dominação.

Neste aspecto, Spivak se alinha com a teoria crítica feminista francesa que, dialogando com a linguística, a psicanálise e a semiótica, compreende que todo discurso produzido numa lógica patriarcal estará marcado pela opressão. Logo, ao “falar pela mãe” num universo de esquemas masculinos, o filho, no conto “A historiadora obstinada”, estaria tão somente reproduzindo as estruturas de poder, sem dar verdadeiramente voz à mãe/mulher.

Um aspecto relevante sobre o que leva ao silenciamento de Nwamgba era o gênero ao qual pertencia. O fato de ser mulher a silenciava. Tanto ela quanto o filho podem ser considerados subalternos, uma vez que ambos são africanos, colonizados. Todavia, o que fez a voz de “Michael” ser ouvida pelo colonizador e pelos anciões não foi apenas o fato de ele falar inglês, mas, sobretudo, o fato de ele ser homem.

Spivak (2010, p. 85) observa que “o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”, pois além de não ter voz e não ter história – como o sujeito subalterno masculino – o feminino ainda sofre com o jugo da dominação masculina. Logo, a personagem de Adichie é completamente silenciada, sofrendo uma dupla submissão. Quando o filho adota a cultura do colonizador e passa a negar a cultura africana, esse também deixa de ouvir a mãe, lançando-a ainda mais na obscuridade.

Michael Foucault, em *A ordem do discurso* (1999), afirma que existe, na sociedade, um controle da produção de discursos que é exercido por mecanismos de exclusão que são externos: separação, interdição e vontade de verdade. A interdição considera o privilégio daquele que profere o discurso, a separação nega o discurso daquele considerado louco e a vontade de verdade valida aquilo que é considerado verdadeiro.

Se pensarmos na voz da personagem de Adichie, podemos apontar que o discurso de Nwamgba não foi ouvido, pois esbarrou, também, nos mecanismos de exclusão propostos por Foucault. Ela sofreu com a interdição, pois não tinha direito privilegiado – era mulher e africana/colonizada –, com a separação, uma vez que sua cultura, considerada primitiva e não civilizada, a aproximava do discurso dos loucos – porquanto ela não falava inglês e não podia ser compreendida pelo colonizador – e na vontade de verdade, uma vez que nunca se acreditava como verdadeiro o que ela dizia – ela sempre era desacreditada pelos primos do falecido marido no conselho dos anciões.

Spivak conclui que “O subalterno como sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido.” (p. 163) e, por meio do conto de Adichie observamos que esse sujeito não pode ser ouvido, e também é deliberadamente ignorado e silenciado. Num trecho do conto, logo após a morte do marido e os primeiros ataques dos primos, o narrador relata:

Nwamgba os enfrentou aos gritos e, quando eles [os primos do marido] a ignoraram, ela esperou até o anoitecer e caminhou ao redor do clã cantando uma canção sobre sua perversidade e sobre as abominações que traziam àquela terra ao roubar uma viúva, até que os anciãos da aldeia lhe pedissem que os deixasse em paz. (p. 217).

Apesar de os primos do marido a roubarem e de ela gritar, a reivindicação dela não era ouvida. Os gritos a aproximam da loucura, os anciãos não acreditam nela e, sendo viúva, ela não tinha privilégios, esbarrando, novamente, nos mecanismos de exclusão externos na produção do discurso.

Se pensarmos no título do livro de Spivak, em seu original em inglês (*Can the subaltern speak?*), vemos que o verbo modal ali presente, “can”, nos leva a uma dupla interpretação: tem autorização para ou tem capacidade de. Como visto no trecho supracitado, a protagonista de “A historiadora obstinada” não tinha, principalmente, autorização para falar, uma vez que seu discurso era sempre invalidado e ela, por conseguinte, sempre silenciada.

O silenciamento da cultura

A mudança de nome de Anikwenwa para Michael marca uma sublimação da cultura. O filho da protagonista no conto, não apenas mudou de nome, mas mudou de costumes, vestimentas e passou a se portar como o colonizador.

Ele [Anikwenwa] passava muito tempo olhando a mesma coisa. Parou de comer a comida da mãe porque, segundo dizia, ela era um sacrifício a falsos ídolos. Disse a Nwamgba que ela devia amarrar a canga ao redor do peito em vez de ao redor da cintura, pois sua nudez era pecado. Ela olhou para Anikwenwa, achando graça daquela seriedade, mas ainda assim preocupada, e perguntou por que ele só notara sua nudez agora. (p. 225).

A cultura, antes, única e incontestável, passa a ser posta em dúvida quando vista como diferente. O julgo cristão impõe como pagã as tradições de Nwamgba e a represaria acaba partindo do próprio filho que toma para si a cultura do colonizador.

A “transformação” de Anikwenka em Michael é o começo para o apagamento cultural de seu clã. Ainda que Nwamgba tente manter os costumes vivos, o filho torna-se cada vez mais distante das tradições de seu povo e mais perto dos colonizadores. Spivak ressalta que o contato da cultura do colonizador com o outro – colonizado – é uma violência epistêmica que culmina na obliteração do outro. Sendo assim, o contato entre as duas culturas, no conto, demonstrou o apagamento da cultura do colonizada.

A negação do filho fica mais clara quando ele se recusa a participar da cerimônia *ima mmuo*. “Anikwenwa disse que não ia participar, pois era costume pagão iniciar os meninos no mundo dos espíritos, um costume que o padre Shanahan dissera que deveria acabar” (p. 225). O menino então coloca, como autoridade suprema de suas condutas, a igreja e se impõe a tradição do próprio povo.

Desta forma, Anikwenwa sofre com o que Franz Fanon (2008), estudioso da Martinica, chama de psicopatologia da colonização, que é a adoção, subjetiva, dos negros colonizados, de atitudes dos brancos colonizadores. Diante da postura de “Michael”, observamos que a negação da cultura da mãe, ou melhor, da cultura africana, ocorre porque o que era originário de seu povo era posto pelo colonizador como ruim, negativo, enquanto que, do lado oposto, a cultura do colonizador era sempre apresentada como positiva.

Nwamgba conclui que “um povo mandava no outro quando tinha armas melhores” (p. 220), entretanto as armas apresentadas pelos colonizadores vão além das de fogo, eles também utilizam a persuasão e a religião como meios de dominar.

As atitudes do filho, na narrativa de Adichie, com a tradição do próprio povo, nos remetem, também, à obra *O local da cultura* (1998) de Homi Bhabha. O autor problematiza a questão do Outro – sujeito colonizado – e a construção e desconstrução da cultura no pós-colonialismo. Quando o padre, ao batizar Anikwenka e afirmar que ele “teria que assumir um nome inglês, pois não era possível ser batizado com um nome pagão” (p. 223), mostra-se o começo de uma relação que confere a primazia de uma cultura sobre outra. Não é apenas o nome pagão que é dado, mas o padre o veste, pois “o povo de Deus não anda por aí nu” (p. 223) e desencadeia a ideia de uma suposta supremacia cultural. O colonizado é visto pelo colonizador como degenerado, não apenas como diferente. Podemos inferir, portanto, que o conto “A historiadora obstinada” se aproxima da crítica pós-colonial que, segundo Bhabha, é

Testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Ter-

ceiro Mundo e dos discursos das 'minorias' dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma 'normalidade' hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das 'racionalizações' da modernidade. (1998, p. 239).

A mudança de nome do filho é o começo da aniquilação cultural. Michael se casa numa cerimônia cristã, e a mãe vê o evento afastado e estranho à sua própria realidade. O narrador descreve: "A cerimônia de casamento foi estranhamente engraçada, mas Nwamgba suportou-a em silêncio e disse a si mesma que logo ia morrer e se unir a Obierika, libertando-se de um mundo que cada vez fazia menos sentido" (p. 227). Ela está cada vez mais apartada do mundo do filho, mas também se sente distante e silenciada num mundo onde sua cultura é cada vez mais sublimada pelo colonizador e esquecida pelas novas gerações.

Michael tem dois filhos e, para ambos, ele dá nomes cristãos: Peter e Grace. A avó, por outro lado, dá aos dois netos nomes africanos: Nnamdi e Afamefunu. A duplicidade dos nomes mostra uma tensão entre duas culturas. Enquanto a protagonista busca manter viva as tradições, o filho se afasta e, conseqüentemente, afasta também a geração seguinte. Michael declara como pagão e satânico tudo o que pertence a cultura da mãe. Nwamgba é silenciada mais uma vez, pois agora sua cultura também foi renegada.

A voz ouvida

A protagonista do conto "A historiadora obstinada" busca, através dos netos, manter a cultura e as tradições de seu povo vivas. Ela acredita que, primeiramente, o neto, poderia vir a ser a reencarnação de seu falecido marido, Obierika. Entretanto, foi na neta que ela sentiu o espírito dele. "No instante em que Nwamgba a pegou no colo e viu seus olhos brilhantes fixos nela com deleite, ela soube que era o espírito de Obierika que tinha voltado; era estranho que tivesse vindo numa menina, mas quem podia prever os caminhos dos ancestrais?" (p. 229).

Afamefunu, que significa "meu nome não se perderá", é quem toma para si a missão de manter a tradição e a cultura de seu povo vivas. O desfecho do conto mostra que o interesse da neta se volta para as histórias da avó e, por isso, ela segue os estudos das tradições africanas e leva isso para o meio acadêmico.

A neta, que ao final, renega o nome cristão e passa a se chamar, oficialmente, Afamefunu, é quem resgata a cultura dos ancestrais, expressando o significado do nome escolhido pela avó. Ela se debruça sobre a chamada “cultura primitiva” do seu povo e se torna a “historiadora obstinada” que dá nome ao conto.

Através de livros e palestras, a neta de Nwamgba fala sobre os povos igbo, ibibio, ijaw e leva a cultura de seu povo a ser conhecida. As premiações pelos trabalhos e pelas pesquisas, citadas no conto, apontam para um reconhecimento da importância da retomada dessas histórias.

Spivak afirma, sobre a voz do subalterno, que

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio.” (2010, p. 165).

Percebemos, portanto, que ao levar para o ambiente universitário os estudos africanos, Afamefunu toma para si o mote da “mulher intelectual”, descrita por Spivak, e cria um espaço onde a voz da avó e as tradições de seus ancestrais possam ser ouvidas.

Considerações finais

O conto “A historiadora obstinada”, de Chimamanda Ngozi Adichie, nos leva a questionar as identidades pós-coloniais e a retomada das culturas sublimadas pelo processo de colonização. Para além disso, vemos a questão da subalteridade do sujeito feminino e a permissão desse para falar (ou não).

A autora cria uma narrativa que levanta críticas ao apagamento de culturas africanas, diante do embate com culturas cristãs ocidentais. Através do percurso da protagonista, Nwamgba, a autora nigeriana nos leva por três gerações e, através dela, pela relação com a cultura do próprio povo. A primeira geração, Nwamgba, luta pela manutenção das tradições; a segunda, “Michael”, renega a cultura africana e a terceira, Afamefunu, resgata as tradições e as culturas esquecidas pela anterior.

A questão da voz do subalterno, que serviu de norte para esta reflexão, se mostra, principalmente, na protagonista que está sendo sempre silenciada durante a narrativa. Não por não ter desejo de falar ou não ser perseverante, mas por não haver para ela um lugar de fala.

Nwamgba não pode falar, pois é duplamente subalterna. Ela é uma mulher viúva que, sem um marido, não tem quem “fale por ela” ou lugar de fala, numa sociedade dominada por homens. Apesar de falar, seu discurso é continuamente refutado e, por não dominar a língua do colonizador, não é capaz de pedir a intercessão dele.

Em primeira instância, a protagonista busca falar através do filho para resolver a questão com os homens que não a ouviam. Entretanto, o filho não aprendeu apenas o inglês, mas trouxe também todos os preceitos cristãos e ocidentais que execravam a cultura dos colonizados. Ele, por fim, também se torna “surdo” para a voz da mãe.

Apesar do filho, usando a língua do colonizador, conseguir resolver a questão da protagonista, ele se afasta da própria cultura e faz com que Nwamgba passe por outro silenciamento, uma vez que o filho acaba por obscurecer a cultura da mãe para as gerações seguintes. A neta, no entanto, é quem resgata a cultura da avó. Não somente isso, mas ela é quem, de fato, abre um lugar de fala para Nwamgba, permitindo que a voz dela possa, finalmente, ser ouvida.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. A historiadora obstinada. In: _____. *No seu pescoço*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 212-233.

_____. *Sejamos todos feministas*. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 1998.

FANON, Franz. O preto e a psicopatologia. In: _____. *Peles negras, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: ABEU, 2009. p. 217-242.